

XI Assembléia do Povo Munduruku do Médio Tapajós: Local:
Aldeia Dace Watpu. Período de 22 a 25 de setembro de 2015.

O território Munduruku da árvore mais alta a raiz mais profunda está ameaçada e nós o povo que recebeu do Karosakaybu esta terra, queremos denunciar as ameaças que estamos sofrendo.

Em 2013 várias urnas deixadas por nossos antigos foram roubadas. A cachoeira de Sete Quedas “PARI BIXEXE-lugar onde os mortos vão depois da morte” local sagrado do nosso povo foi destruído.

Queremos que os pariwat (não indígenas) saibam que nossos locais sagrados são tão importantes quanto suas cidades santas ou seus templos que alcançam os céus.

Nossos locais sagrados não representam o triunfo da riqueza. Nossos lugares sagrados nos apontam o caminho do Bem-Viver.

Por isso, nós exigimos que as urnas roubadas sejam devolvidas e que o governo brasileiro e a empresa que a roubou peçam desculpas a nós, Povo Munduruku, e ao povo brasileiro, da qual fazemos parte.

Esses locais sagrados deixados pelos nossos ancestrais é a verdadeira prova de que existimos, são evidências e vestígios reais de nossa presença. Eles estão espalhados ao longo do leito do rio Tapajós, e cada comunidade Munduruku dessa bacia reconhece pontos sagrados em seus territórios.

Quando falamos ao governo brasileiro da importância do sagrado para nós, de que estes lugares e símbolos não se permite tocar ou remover, as autoridades não entendem e parece que nunca a compreenderão.

Todas as ameaças estão acontecendo para destruir o que nos é sagrado. E todos nós somos sabedores que é a Construção de Usinas Hidrelétricas na bacia do Tapajós é a entrada de vários outros empreendimentos dos setores econômicos do interesse do governo como da Mineração, Hidrovias, construção de portos de navio para transportar grão de soja e construção de Ferrovias no território Munduruku.

Para não acontecer o desastre ecológico que não somente causará catástrofe com o povo Munduruku mas também comprometerá a vida dos pariwat que dependem das essências de elementos fundamentais que são indispensáveis para todas as formas de vidas biológicas.

Exigimos ao governo brasileiro que pare com esse projeto de destruição e que os protejam como a Constituição Federal diz. Nós já estamos protegendo desde o princípio, mas da parte do governo brasileiro nós não vemos a proteção.

Pedimos também aos apoiadores que levem a nossa voz para o mundo para pressionar a ONU, OEA e Países de primeiro mundo toda a sociedade organizada do mundo inteiro sobre a destruição do meio ambiente. Por que é justamente a população Indígena, a qual se preocupa em proteger a natureza, que é tão útil para todos no mundo, e por defender o seu território, são ameaçados, assassinados, criminalizados. Nós sofremos toda sorte de discriminação por vivermos em harmonia com a natureza.

Estiveram presentes em nossa assembleia os grupos sociais que partilham do nosso modo de vida no Tapajós e em outros rios também ameaçados, os Kaxuyana do rio Trombetas, os ribeirinhos do Arapiúns em Santarém, os beiradeiros de Montanha-Mangabal, os apoiadores do CITA, de Aveiro. Nós estamos juntos na luta pelo futuro de todos.

E para manter essa harmonia com toda classe social é preciso que os nossos territórios sejam demarcados e assim possamos viver da nossa maneira, de acordo com a nossa cultura deixada pelos nossos antepassados. Antes da chegada dos colonizadores o território já era nosso. Se esta resistência está acontecendo é por que estamos lutando pelo que é nosso. Não estamos invadindo para depois requerer a terra. Apenas, não queremos perder o que nos resta.

O território demarcado é garantir a Educação, Saúde, Segurança nacional, proteção da vida genética, e será orgulho para o mundo por que esta luta tem o verdadeiro sentido em prol da vida humana. Todos querem viver e não perder suas vidas.

Queremos que seja tomado as devidas providencias junto ao Procuradoria da República e outras instâncias Federais para agilizar o processo de reconhecimento de nossos direitos constitucionais de acordo com o Art. 231 e 232 da Constituição Federal de 1988 e a Convenção 169 da OIT, onde Brasil é signatário.